



PLANO DE TRABALHO - 2026



ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA - CÃODOMÍNIO

CNPJ Nº 42.203.040/0001-80

2026



PLANO DE TRABALHO 2026

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA- CÃODOMÍNIO

União do Terceiro Setor
Folha 01
Associação de Mariana MG

Dados Cadastrais

Órgão /Organização da Sociedade Civil			CNPJ:	
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CÃODOMÍNIO			42.203.040/0001-80	
Endereço				
ESTRADA DA VARGEM – SITIO ITÚ				
Cidade	U.F.	CEP	Telefone 31	E-mail
MARIANA	MG	35427-899	3557-2553	ongcaodominio@gmail.com
Nome do Responsável	CPF		C.I.	CARGO
VIVIANE MARIA BRITTO DE FREITAS	098.121.506-84		MG 16.805-871	PRESIDENTE
Endereço do Responsável			CEP	Telefone de Contato
Rua Ébano, nº 277, Bairro Rosário			354222-150	31 9 8837-6250

1 - Descrição do Projeto/Objeto

Título do Projeto: "PROJETO CÃODOMÍNIO"	Período de execução (Início e Término) 07/2026 À 07/2027
--	---

Identificação do Objeto:

O presente projeto tem por objeto a captação de recursos no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), destinados ao custeio de despesas com clínica veterinária para atendimento de animais comunitários, em situação de abandono, vulnerabilidade ou recolhidos pela Associação Comunitária Cãodomínio, no município de Mariana.

A proposta visa garantir assistência veterinária contínua, contemplando consultas, exames, procedimentos clínicos, cirurgias, medicações, internações e demais atendimentos necessários à promoção da saúde e bem-estar animal. O atendimento abrangerá bairros, distritos e subdistritos do município, fortalecendo as ações de proteção animal desenvolvidas pela entidade.

O fomento contribuirá diretamente para a redução do sofrimento animal, controle de doenças, prevenção de zoonoses, recuperação de animais resgatados e promoção da saúde pública, além de apoiar o trabalho social realizado pela associação junto à comunidade local.

Justificativa da Proposição:

A presente proposição justifica-se pela crescente demanda por atendimentos veterinários destinados a animais comunitários, abandonados e em situação de vulnerabilidade no município de Mariana, especialmente nos bairros, distritos e subdistritos, onde a incidência de animais sem acompanhamento adequado tem aumentado significativamente.

A Associação Comunitária Cãodomínio desenvolve um importante trabalho de proteção e cuidado animal, realizando acolhimento, resgates e encaminhamentos para tratamento veterinário. Entretanto, os custos relacionados a consultas, exames, medicamentos, cirurgias, internações e demais procedimentos clínicos representam um grande desafio para a continuidade e ampliação das ações da instituição.

Nesse contexto, o aporte financeiro solicitado, mostra-se fundamental para assegurar condições adequadas de atendimento aos animais assistidos, promovendo saúde, bem-estar e dignidade, além de contribuir diretamente para o controle populacional, prevenção de zoonoses e redução de riscos à saúde pública.

O fortalecimento das ações da entidade também possui relevante impacto social, uma vez que promove conscientização da população sobre guarda responsável, proteção animal e respeito à vida, estimulando a participação comunitária nas políticas de cuidado e proteção dos animais.

Assinatura

Dessa forma, o presente fomento representa investimento de relevante interesse público, contribuindo para o fortalecimento das políticas de proteção animal no município e garantindo melhores condições para a atuação da Associação Comunitária Cãodomínio em benefício da coletividade.

Descrição da Realidade

O município de Mariana possui uma demanda crescente relacionada ao cuidado de animais comunitários e em situação de abandono, especialmente nos bairros, distritos e subdistritos, onde frequentemente são encontrados animais feridos, doentes ou vítimas de maus-tratos.

Diante dessa realidade, a Associação Comunitária Cãodomínio atua de forma contínua no resgate, acolhimento e encaminhamento de animais para atendimento veterinário, contando principalmente com o trabalho voluntário de pessoas comprometidas com a causa animal. Os voluntários dedicam tempo, recursos próprios e apoio operacional para manutenção das atividades desenvolvidas pela entidade.

Para garantir alimentação e cuidados básicos aos animais assistidos, a associação realiza campanhas permanentes de arrecadação de ração, medicamentos e demais donativos, além de ações beneficentes e mobilizações comunitárias. Apesar do apoio recebido da população, os recursos obtidos não são suficientes para custear as despesas veterinárias, especialmente consultas, exames, cirurgias, internações e tratamentos de maior complexidade.

A limitação financeira reduz a capacidade de atendimento da instituição e dificulta a ampliação das ações de proteção animal desenvolvidas no município. Nesse contexto, o aporte de recursos públicos mostra-se essencial para assegurar continuidade aos atendimentos clínicos e proporcionar melhores condições de cuidado aos animais acolhidos pela entidade.

O fortalecimento dessas ações contribui diretamente para o bem-estar animal, prevenção de zoonoses, conscientização sobre guarda responsável e melhoria das condições sanitárias da comunidade.

Público Alvo:

Público-Alvo

Animais comunitários, abandonados, resgatados ou em situação de vulnerabilidade no município de Mariana, especialmente nos bairros, distritos e subdistritos atendidos pela Associação Comunitária Cãodomínio, além da comunidade local beneficiada indiretamente pelas ações de proteção e saúde animal.

Público estimado:

Mais de 600 animais atendidos



2 - Plano de Aplicação e Cronograma de Desembolso (em reais)

O repasse total será de **R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais)** e será utilizado nos seguintes itens e serviços, conforme planilha de descrição abaixo, e planilha financeira anexa.

Item	Natureza da Despesa	Valor (R\$)
2.1	Consultas veterinárias	22.000,00
2.2	Exames laboratoriais e de imagem	8.000,00
2.3	Cirurgias e procedimentos clínicos	20.000,00
2.4	Medicamentos e insumos veterinários	15.000,00
2.5	Internações e tratamentos especializados	10.000,00
	Total	75.000,00

2.1 – Custeio de consultas veterinárias destinadas à avaliação clínica, diagnóstico e acompanhamento dos animais atendidos pela instituição.

2.2 – Realização de exames laboratoriais e de imagem, incluindo hemogramas, ultrassonografias, radiografias e demais procedimentos necessários para diagnóstico e tratamento.

2.3 – Execução de cirurgias e procedimentos clínicos voltados à recuperação e manutenção da saúde dos animais resgatados e comunitários.

2.4 – Aquisição de medicamentos, vacinas, materiais descartáveis e insumos veterinários utilizados nos atendimentos e tratamentos realizados.

2.5 – Custeio de internações, tratamentos intensivos e atendimentos especializados necessários à recuperação dos animais em estado crítico.



4. Forma de recebimento:

Forma de Recebimento

O recurso será recebido em parcela única, no valor total e R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), destinada ao custeio das despesas previstas no plano de aplicação do projeto.

5. Objetivos, metas e Resultados

5.1 Objetivo Geral:

Promover o fortalecimento das ações de proteção, cuidado e bem-estar animal no município de Mariana, por meio do apoio às atividades desenvolvidas pela Associação Comunitária Cãodomínio, garantindo assistência veterinária aos animais comunitários, abandonados, resgatados e em situação de vulnerabilidade, contribuindo também para a saúde pública, controle populacional e conscientização da população sobre guarda responsável.

5.2 Metas

- Garantir atendimento veterinário aos animais comunitários e resgatados pela Associação Comunitária Cãodomínio durante o período de execução do projeto.
- Viabilizar consultas, exames, cirurgias, internações e demais procedimentos necessários para recuperação e manutenção da saúde dos animais atendidos.
- Assegurar a aquisição de medicamentos e insumos veterinários necessários à continuidade dos atendimentos.
- Fortalecer as ações de proteção e bem-estar animal desenvolvidas nos bairros, distritos e subdistritos de Mariana.
- Contribuir para a redução de situações de abandono, maus-tratos e riscos à saúde pública relacionados à população animal em situação de rua.

5.3 Resultados Esperados

Espera-se ampliar o atendimento veterinário aos animais comunitários e resgatados pela Associação Comunitária Cãodomínio, proporcionando melhores condições de saúde, recuperação e bem-estar aos animais assistidos durante a execução do projeto. A iniciativa também contribuirá para a redução de situações de abandono, sofrimento animal e agravamento de doenças decorrentes da ausência de atendimento adequado.

Com a realização de consultas, exames, procedimentos clínicos e internações, o projeto fortalecerá as ações de proteção animal desenvolvidas nos bairros, distritos e subdistritos de Mariana, além de colaborar para o controle populacional de animais em situação de rua e para a promoção da saúde pública.

Espera-se ainda ampliar a conscientização da população sobre guarda responsável, cuidado e respeito aos animais, fortalecendo o trabalho social desenvolvido pela entidade junto à comunidade.

6. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento das ações será realizado de forma contínua pela Associação Comunitária Cãodomínio, por meio do acompanhamento dos atendimentos veterinários realizados, controle das despesas executadas e registro dos procedimentos custeados com os recursos do projeto.

A avaliação ocorrerá mediante análise dos serviços prestados, quantidade de animais atendidos, procedimentos realizados e resultados alcançados durante a execução da proposta. Também serão utilizados registros fotográficos, relatórios de atendimento, notas fiscais e demais documentos comprobatórios necessários para acompanhamento e prestação de contas.

O acompanhamento permitirá verificar a efetividade das ações desenvolvidas, garantindo transparência na aplicação dos recursos e o cumprimento dos objetivos previstos no projeto.



7. DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante da Associação Comunitária Cãodomínio, sob o número de CNPJ: 42.203.040/0001-80, declaro, para fins de prova junto a Prefeitura de Mariana, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o tesouro ou qualquer outro órgão da Administração Pública, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos deste Poder, na forma deste plano de trabalho.

Mariana, 27 de maio de 2026.

VIVIANE MARIA BRITTO DE FREITAS

PRESIDENTE

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CÃODOMÍNIO





PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

TERMO DE FOMENTO Nº 019/2026

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MARIANA E A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA - CÃODOMÍNIO, PARA OS FINS QUE ABAIXO ESPECIFICA.

O **MUNICÍPIO DE MARIANA**, pessoa de direito público, inscrito no CNPJ nº 18.295.303/0001-44 e Inscrição Estadual isento, com sede nesta cidade na Praça JK, s/nº, bairro Centro, CEP 35420-003, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Juliano Vasconcelos Gonçalves, e a Organização da Sociedade Civil **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA - CÃODOMÍNIO**, entidade sem fins lucrativos, com sede na Estrada da Margem Esquerda da Estrada de Pedro Leopoldina – Sítio de Itú, Município de Mariana-MG, CEP 35427-899, inscrita no CNPJ sob o nº 42.203.040/0001-80, neste ato representada por sua presidente Viviane Maria Britto de Frei, portadora do CPF nº 098.XXX.506-XX, doravante denominada OSC, RESOLVEM celebrar o presente **TERMO DE FOMENTO**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente TERMO DE FOMENTO se fundamenta nas disposições da Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014, no Decreto Municipal nº 11.806/2024, Lei Municipal 4.150 de 07 de julho de 2026 e Lei Municipal nº 3.825, de 26/12/2024 que dispõe sobre a Lei Orçamentária para o exercício de 2025. Esse Termo baseia-se nas informações contidas no Processo Administrativo nº 6852/2026, relativo ao procedimento de inexigibilidade de chamamento público, nos termos do art. 30 e 31 da Lei Federal nº 13.019/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente TERMO DE FOMENTO a concessão de apoio financeiro da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA à OSC destinado a dar apoio financeiro destinado exclusivamente o custeio com clínicas veterinárias para atendimento de animais comunitários em situação de abandono, vulnerabilidade ou recolhidos através de da Associação Comunitária Cãodomínio, definido no Plano de Trabalho, parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS COMPETÊNCIAS E DA GESTÃO

3.1 - As atividades alusivas ao objeto deste TERMO DE FOMENTO serão executadas pela OSC sob supervisão da SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E PROTEÇÃO ANIMAL que realizará o controle e fiscalização.

3.2 - Ficam reservados à SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E PROTEÇÃO ANIMAL os direitos de assunção do objeto do presente termo, a qualquer tempo, assim como da transferência de responsabilidade sobre aquele, no caso de paralisação das atividades ou da ocorrência de fato relevante que venha a prejudicar- lhe o andamento, de modo a evitar a descontinuidade do projeto.

3.3 - Os agentes públicos responsáveis pela gestão da parceria de que trata este instrumento, com poderes de controle e fiscalização, designados por meio da portaria, que deverá ser publicada no Diário Oficial Eletrônico de Mariana - DOEM serão os seguintes: GESTOR, Ricardo Miranda Tomaz e Ieda Priscila Gomes Cezário.

3.4 - Ao Gestor qualificado no item 3.3 deste instrumento, compete realizar todas as atividades previstas no Decreto Municipal nº 11.806/2024, em especial nos artigos 54; 71 a 73; e 75 a 77.

CLÁUSULA QUARTA – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

4.1 - A sistemática de monitoramento e avaliação desta parceria, observará os procedimentos delineados na Seção VII, do Capítulo V, do Decreto Municipal nº 11.806/2024.

4.2 - O Gestor poderá promover visita técnica *in loco* para subsidiar o monitoramento da parceria, podendo notificar a OSC com antecedência em relação à data da visita, observando o estabelecido em Ato Normativo Setorial, se houver.

4.3 - As ações de monitoramento e avaliação poderão utilizar ferramentas tecnológicas, tais como redes sociais na internet, aplicativos e outros mecanismos que permitam verificar os resultados da parceria.

4.4 - O acompanhamento da execução será realizado tendo como base o cronograma de execução e o desembolso dos recursos previsto no Plano de Trabalho.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

4.5 - A Comissão de Monitoramento e Avaliação, designada por meio da Portaria nº 001, de 07/01/2025 e alterações posteriores, atuará em caráter preventivo e saneador, visando o aprimoramento dos procedimentos, a padronização e a priorização do controle de resultados.

4.6 - A Comissão de Monitoramento e Avaliação homologará no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar do seu recebimento, o relatório técnico de monitoramento e avaliação emitido pelo gestor da parceria, que deverá conter os elementos elencados no art. 73, § 1º, incisos I ao VI, Decreto Municipal nº 11.806/2024.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR GLOBAL DA PARCERIA E DA DOTAÇÃO

5.1 - Este instrumento envolve transferência de recursos financeiros da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA para a OSC, que ocorrerá após assinatura do presente termo e conforme cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho.

5.2 - O valor global dos recursos públicos da parceria é de **R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais)**, oriundos dos recursos financeiros da SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E PROTEÇÃO ANIMAL na dotação orçamentária nº **14.002.18.541.0006.2.222 335043 recurso 1759 ficha 862**, que serão depositados em conta bancária específica.

5.3. A liberação dos recursos ocorrerá em parcela única após a aprovação da lei autorizativa, de acordo com o disposto no Plano de Trabalho a que se refere este TERMO DE FOMENTO.

5.4. Fica declarado pelo Secretário Municipal, signatário deste termo, que em eventuais termos aditivos, indicar-se-ão os créditos para cobertura de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro, quando se tratar de Termo de FOMENTO.

CLÁUSULA SEXTA - PRAZO DE VIGÊNCIA E EFICÁCIA

6.1 - Este instrumento entra em vigor a partir de **10 de julho de 2026** e terá vigência até **10 de julho de 2027**.

6.2 - A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da OSC, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E PROTEÇÃO ANIMAL em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do fim da vigência prevista nessa Cláusula.

6.3 - A vigência poderá ser alterada por prorrogação de ofício, quando a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA der causa a atraso na execução do objeto, limitada ao exato período do atraso e antes do término da vigência da parceria.

6.4 - A prorrogação de ofício será formalizada nos autos mediante termo de apostilamento, com comunicação à OSC.

CLÁUSULA SÉTIMA - LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

7.1 - A liberação dos recursos será efetivada em estrita conformidade com o cronograma de desembolso aprovado, em consonância com o cronograma de execução.

7.2 - No caso de o cronograma de desembolso prever mais de uma parcela de repasse de recursos, a liberação de cada parcela só ocorrerá após:

7.2.1 - A OSC apresentar a prestação de contas das parcelas anteriores – PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL - nos termos do disposto no Capítulo VI do Decreto Municipal nº 11.806/2024 e da Cláusula Décima deste termo;

7.2.2 - A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E PROTEÇÃO ANIMAL, responsável pela parceria, verificará a regularidade fiscal da OSC, por meio de consulta às certidões de que trata o inciso II do § 1º do art. 38, do Decreto Municipal nº 11.806/2024;

7.2.3 - Ateste do gestor da parceria; e

7.2.4 - Nas parcerias cuja duração exceda um ano, a liberação das parcelas está condicionada à apresentação da prestação de contas anual ao término de cada exercício.

7.3. A liberação de recursos deverá ser anterior à data prevista para a realização da despesa, vedada a antecipação que estiver em desacordo com o cronograma de desembolso, conforme a natureza do objeto da parceria.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES:

8.1 - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E PROTEÇÃO ANIMAL:

8.1.1 - Transferir para a conta específica da parceria os recursos financeiros previstos para a execução do supramencionado projeto, na forma estabelecida no Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho;

8.1.2 - Acompanhar a execução da parceria, avaliando os seus resultados e reflexos;

8.1.3 - Zelar pelo cumprimento do disposto neste instrumento, na Lei nº 13.019/2014, no Decreto Municipal nº 11.806/2024, inclusive no que refere à Transparência e Controle, conforme disposto no Capítulo II, desse Decreto, e demais atos normativos aplicáveis;

8.1.4 - Apreçar as solicitações apresentadas pela OSC no curso da execução da parceria;

8.1.5 - Orientar a OSC quanto à prestação de contas, inclusive fornecendo normas e instruções para prestação de contas dos recursos financeiros transferidos;

8.1.6 - Analisar e julgar as contas apresentadas pela OSC;

8.1.7 - Analisar as propostas de reformulações do Plano de Trabalho, desde que apresentadas por escrito, acompanhadas de justificativa e que não impliquem na alteração do objeto apoiado;

8.1.8 - Prorrogar de ofício a vigência do termo sempre que houver atraso na liberação dos recursos pactuados, independentemente de solicitação;

8.1.9 - Definir o destino dos bens remanescentes após o fim da execução do termo, celebrando TERMO DE DOAÇÃO, caso solicitado pela OSC, por meio de ofício, cuja autorização ficará a critério da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;

8.1.10 - Não realizar, nem autorizar qualquer tipo de publicidade atinente à presente parceria, nos três meses que antecedem ao pleito eleitoral municipal, nos termos do art.73, inciso VI, "b" da Lei nº 9.504/1997, e observar as condutas vedadas em período eleitoral, de acordo com a referida Lei.

8.2 - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

8.2.1 - Executar a parceria com estrita observância ao plano de trabalho e das cláusulas pactuadas neste termo, sendo vedada a utilização dos recursos para pagamento de despesas previstas no art. 60, do Decreto Municipal nº 11.806/2024.

8.2.2 - Prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, nos termos do Decreto Municipal nº 11.806/2024, Capítulo VI, Seções II a V.

8.2.3 - Devolver, à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, o saldo dos recursos não utilizados, inclusive os rendimentos da aplicação financeira, no prazo de 30 (trinta) dias da conclusão da vigência, extinção, denúncia ou rescisão do presente TERMO.

8.2.4 - Restituir à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido dos juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Pública Municipal, nos seguintes casos:

8.2.4.1 - Quando não for executado o objeto deste TERMO;

8.2.4.2 - Quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas, ou quando esta for reprovada, incidindo a devolução sobre os valores reprovados;

8.2.4.3 - Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste TERMO ou fora de seu prazo de vigência;

8.2.4.4 - Nos demais casos previstos no Decreto Municipal nº 11.806/2024 e na Lei nº 13.019, de 2014.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

8.2.5. Manter registro contábil e patrimonial em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, inclusive, na hipótese de aquisição de bens com os recursos da parceria.

8.2.6. Abrir conta corrente específica em instituição financeira pública, isenta de tarifa bancária, nos termos do art. 51 da Lei nº 13.019/2014 e do art. 62 do Decreto Municipal nº 11.806/2024, para que a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA efetue o depósito dos recursos, unicamente para consecução do objeto deste termo e em conformidade com o Plano de Trabalho.

8.2.6.1 - Manter e movimentar os recursos recebidos na conta bancária, de que trata o item 8.2.6, deste termo, nos termos do art. 62 do Decreto Municipal nº 11.806/2024;

8.2.6.2 - Manter os recursos recebidos aplicados no mercado financeiro, enquanto não utilizados, na forma do disposto nos itens 8.2.6 e 8.2.6.1, deste termo.

8.2.6.3 - Declarar expressamente a ciência das obrigações de que tratam os itens 8.2.6 a 8.6.2, deste termo, bem como informar a conta aberta para receber o recurso como exclusiva para a sua movimentação, conforme ANEXO I, parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

8.2.7. - Responsabilizar-se pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

8.2.8. Garantir os recursos humanos e materiais necessários para a execução do objeto do presente termo, sendo vedada a utilização dos recursos recebidos da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ou aqueles correspondentes à sua contrapartida, em finalidade diversa da estabelecida neste termo.

8.2.9. Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, dentre outros, relacionados à execução do objeto previsto, neste termo, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA a inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

8.2.10. Remunerar eventuais profissionais envolvidos no projeto respeitando o piso salarial da categoria.

8.2.11. Garantir o livre acesso dos agentes da SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E PROTEÇÃO ANIMAL, do Controle Interno do Município e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, aos documentos e informações relacionadas ao presente termo, aos locais de execução do respectivo objeto, bem como de todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente.

8.2.12. Divulgar, em página da OSC na internet, caso mantenha, inclusive em redes sociais, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações exigidas no § 1º, incisos I ao V, do art. 8º do Decreto Municipal nº 11.806/2024.

8.2.13. Não realizar despesas em data anterior ou posterior à vigência deste termo.

8.2.14. Observar as condutas vedadas em período eleitoral, de acordo com a Lei nº 9.504/1997, assim como não realizar despesas com publicidade de qualquer natureza nos 3 (três) meses que antecedem o pleito eleitoral municipal, nos termos do art. 73, inciso VI, alínea "b" da mesma Lei.

8.2.14.1. Com exceção do período eleitoral de que trata o item 8.2.14, deste termo, poderá realizar publicidade relativamente à parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, veicular e inserir o nome e os símbolos oficiais do Governo Municipal / Secretaria em toda a divulgação relativa ao projeto incentivado, das quais não constem nomes, símbolos ou imagem que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA NONA – DAS DESPESAS

9.1 - As despesas relacionadas à execução da parceria serão executadas em estrita observância ao plano de trabalho aprovado e as cláusulas pactuadas, neste termo.

9.2 - Poderão ser pagas, dentre outras necessárias, com recursos vinculados à parceria as seguintes despesas:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

9.2.1 - Remuneração da equipe de trabalho, podendo contemplar as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo-terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas, relativos ao período de vigência da parceria;

9.2.2 - Custos indiretos, tais como, despesas com internet, aluguel, telefone, consumo de água e luz e remuneração de serviços contábeis.

9.3 - Não poderão serem pagas com recursos vinculados à parceria as seguintes despesas:

9.3.1 - Despesas com finalidade alheia ao objeto da parceria;

9.3.2 - Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

9.3.3 - Despesa cujo fato gerador não tenha ocorrido durante a vigência do instrumento da parceria;

9.3.4 - Pagar multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA Municipal na liberação de recursos financeiros.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

10.1 - A prestação de contas será o procedimento em que se analisa e se avalia a execução da parceria visando a demonstração e verificação do cumprimento do objeto, o alcance das metas e dos resultados previstos, compreendendo a fase de apresentação das contas, de responsabilidade da OSC e análise e manifestação conclusiva das contas, de responsabilidade da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, observado o disposto no Capítulo VI do Decreto municipal nº 11.806/2024, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle.

10.2 - A OSC fica obrigada a demonstrar à boa e regular aplicação dos valores recebidos, mediante detalhada prestação de contas e comprovação da execução do objeto, que deverá ser apresentada observando o disposto na cláusula sétima, deste termo, nos moldes e prazos dispostos a seguir:

10.2.1 - PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL: deverá conter Relatório de Execução do Objeto, Relatório de Execução Financeira, bem como os demais documentos elencados no art. 81 do Decreto Municipal nº 11.806/2024, e deverá ser apresentada à SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E PROTEÇÃO ANIMAL, em até 10 (dez) dias úteis após o encerramento de cada etapa do cronograma de execução, em consonância com o cronograma de desembolso aprovado;

10.2.2 - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL: deverá conter os documentos elencados no inciso I do § 2º do art. 84, do Decreto Municipal nº 11.806/2024, e deverá ser apresentada à SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E PROTEÇÃO ANIMAL até 31 de janeiro do exercício financeiro seguinte à transferência dos recursos, podendo ser solicitada prorrogação de prazo, por até 15 (quinze) dias, desde que devidamente justificada;

10.2.3 - PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL: deverá conter os documentos de que trata o art. 86 c/c o art. 87, incisos I, II e § 1º, todos do Decreto Municipal nº 11.806/2024 e, sem prejuízo da prestação de contas anual, deverá ser apresentada à SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E PROTEÇÃO ANIMAL no prazo de até 30 (trinta) dias, contado do término da vigência da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC.

10.2.3.1 - Quando o final da vigência da parceria não coincidir com o encerramento do ano civil, a OSC deverá apresentar os documentos de que o item 10.2.2, deste termo, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do término da vigência do instrumento.

10.2.4 - PRESTAÇÃO DE CONTAS ÚNICA: deverá conter Relatório de Execução do Objeto, Relatório de Execução Financeira, bem como dos demais documentos elencados no art. 92 c/c o art. 93, incisos I, II e parágrafo único, todos do Decreto municipal nº 11.806/2024, e deverá ser apresentada à SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E PROTEÇÃO ANIMAL no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do término da vigência da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

10.3. A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E PROTEÇÃO ANIMAL, em sua análise, deverá considerar, além da prestação de contas de responsabilidade da OSC, os seguintes relatórios elaborados internamente, conforme o caso:

10.3.1 - Relatório de visita técnica *in loco* eventualmente realizada durante a execução da parceria;

10.3.2 - Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo;

10.3.3 - Os resultados das pesquisas de satisfação.

10.4 - A análise da prestação de contas de que trata o item 10.3, deste termo, não compromete a liberação das parcelas de recursos subsequentes, entretanto, o cumprimento, pela OSC, do disposto nesta cláusula e nos itens 7.2 a 7.2.4, deste termo, é condição indispensável para a liberação dos repasses de recursos.

10.5 - O descumprimento do disposto nesta cláusula, assegurado o contraditório e a ampla defesa, determinará a inadimplência e abertura da Tomada de Contas Especial, além das sanções previstas neste termo.

10.6 - A prestação e contas deve obedecer, no que couber, o que diz o Decreto Municipal 12.163 de 1 de fevereiro de 2025, especificamente nos artigos 18 e seguintes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO E DAS SANÇÕES

11.1 - Na hipótese de descumprimento por parte da OSC, de quaisquer das obrigações definidas neste instrumento ou em seus aditamentos e na ausência de justificativa, estará ela sujeita às sanções previstas no art. 104 do Decreto Municipal nº 11.806/2024, observadas as demais disposições contidas nos arts. 105 a 116, do referido Decreto.

11.2 - Este instrumento de parceria poderá ser denunciado ou rescindido a qualquer tempo, nos termos do Capítulo VIII do Decreto Municipal nº 11.806/2024.

11.2.1 - Na ocorrência de denúncia, os partícipes serão responsáveis somente pelas obrigações relativas ao período em que participaram voluntariamente da parceria, não sendo admissível cláusula obrigatória de permanência ou sancionadora dos denunciantes.

11.2.2 - A Rescisão poderá ocorrer, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção:

11.2.2.1 - Nas hipóteses de inexecução por culpa exclusiva da OSC;

11.2.2.2 - Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

11.2.2.3 - Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

11.2.2.4 - Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

11.2.2.5 - Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS

12.1 - Todas as obrigações sociais, fiscais, previdenciárias, trabalhistas e tributárias oriundas da execução e aplicação deste termo serão de total responsabilidade da OSC, ficando excluída qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.1 - A eficácia deste instrumento fica condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial Eletrônico do Município de Mariana - DOEM, a ser providenciada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA até 20 (vinte) dias após a assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO





PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

14.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Mariana, Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos do presente termo, sendo obrigatória a prévia tentativa de solução administrativa do caso, com a participação da Procuradoria Geral do Município.

As partes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que, na presença das 02 (duas) testemunhas que também o assinam, produza seus jurídicos e legais efeitos.

Mariana, 10 de julho de 2026.


Juliano Vasconcelos Gonçalves
Prefeito Municipal


Carla Fernanda de Araújo
Secretário Municipal de Meio Ambiente,
Desenvolvimento Sustentável e Proteção Animal


Viviane Maria Britto de Frei
Associação Comunitária - Cãodomínio

Testemunhas:

1 - _____
NOME/CPF

2 - _____
NOME/CPF

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE

Eu, **Viviane Maria Britto de Frei**, portadora do CPF nº 098.XXX.506-XX, residente na Estrada da Margem Esquerda da Estrada de Pedro Leopoldina – Sítio de Itú, Município de Mariana-MG, CEP 35427-899 na condição de Presidente da OSC **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA - CÃODOMÍNIO**, CNPJ nº 42.203.040/0001-80, DECLARO SOB AS PENAS DA LEI:

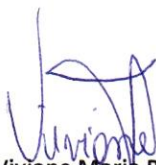
a) Estar ciente de que é minha a responsabilidade de abrir conta corrente específica em instituição financeira pública, isenta de tarifa bancária, nos termos do art. 51 da Lei nº 13.019/2014 e do art. 62 do Decreto Municipal nº 11.806/2024, bem como informar a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA da abertura da conta bancária, com os respectivos dados para depósito;

b) Estar ciente de que a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA efetuará o depósito dos recursos, unicamente na conta bancária específica, nos termos declarados na letra “a”, para consecução do objeto deste TERMO DE FOMENTO, em conformidade com o Plano de Trabalho;

c) Estar ciente de que toda a movimentação de recursos no âmbito desta parceria será realizada mediante transferência eletrônica com a identificação do beneficiário final, mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, por meio de transferências eletrônicas, débitos automáticos, boletos bancários ou outras formas regulamentadas pelo Sistema Financeiro Nacional, salvo na hipótese de impossibilidade de pagamento por qualquer dos meios mencionados, desde de que previsto e justificado no plano de trabalho;

d) Estar ciente que, enquanto não utilizados, devo manter os recursos recebidos aplicados no mercado financeiro, em cadernetas de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo.

Mariana, 10 de julho de 2026.



Viviane Maria Britto de Frei
Associação Comunitária - Cãodomínio